

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS V
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP

**O LIVRO TEXTO COMO RECURSO DIDÁTICO:
POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES**

MARIA ELIANA OLIVEIRA DE SOUZA

Cajazeiras, agosto de 1995

MARIA ELIANA OLIVEIRA DE SOUZA

O LIVRO TEXTO COMO RECURSO DIDÁTICO
POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

Monografia apresentada a UFPB,
Campus V, na disciplina de Estágio
Supervisionado, para obtenção de
grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Idelzuite de Sousa Lima

Cajazeiras, agosto de 1995

“O mais importante na vida não é
descobrir um caminho mas saber
caminhar.”

“Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos e amigos que juntos nos estimularam na concretização de mais uma etapa de minha vida e a nós mesmas que nos empenhamos com disposição e conseguimos resultados que só vieram a nos beneficiar.”

AGRADECIMENTOS

“A Deus que sempre esteve do nosso lado, mesmo quando esquecíamos a sua presença.”

“Aos meus pais, irmãos e amigos, o apoio destes, em todos os instantes, foi incentivado para vencermos esta batalha.”

“Aos colegas, caminhamos nos mesmos corredores, nas mesmas salas de aula, em todos os lugares. O hábito criou a convivência, mas houve também, dúvidas, dificuldades e ressentimentos. Não foi fácil absorver todos os problemas e fazer surgir o companheirismo, porque, se o destino nos fez colegas, somente a vontade firme nos tornou amigos. Hoje e sempre.”

“A Escola Municipal de 1º grau Luiz Cartaxo Rolim, onde vivenciamos um pouco a realidade escolar e compartilhamos erros e acertos.”

“Aos professores, que contribuíram para que podéssemos concluir este curso, em especial, a orientadora do estágio Idelzuite de Sousa Lima, que soube cultivar em nós a capacidade de compreensão e o respeito pela pessoa humana, gostaríamos de agradecer, e viver sempre seu exemplo.”

SUMÁRIO

I - APRESENTAÇÃO	6
II - INTRODUÇÃO	7
III - MARCO TEÓRICO	8
IV - O LIVRO TEXTO COMO RECUSSO DIDÁTICO: Potencialidade e Limitações	14
V - METODOLOGIA	17
VI - CONCLUSÃO	19
VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20
VII - ANEXOS	21

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tenta fazer uma reflexão do livro texto como recurso didático, bem como analisar suas potencialidades e limitações no cerne do processo ensino-aprendizagem na realidade objetiva da escola.

A experiência procedeu-se numa escola Municipal de 1º grau Luiz Cartaxo Rolim, da cidade de Cajazeiras- Paraíba.

Vale salientar que a princípio, encontrei alguns obstáculos no campo de estágio, por conta de greves e recesso, reduzindo um pouco o período de estágio na escola.

A intenção deste trabalho consiste justamente em fazer um alerta aos professores que fazem o uso do referente material, tentando dar uma nova perspectiva no trabalho com o livro didático com vistas a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

MARCO TEÓRICO

A história do livro didático no Brasil é permeada pela falta de uma política definida para a questão, uma vez que, poucos historiadores e outros especializados têm atentado para o fato, conforme salienta FREITAG et alii (1993):

“Os autores brasileiros especializados na questão educacional (...) estão pouco preocupados com a dimensão do livro didático. Não há estudos sistemáticos sobre o surgimento do livro didático no Brasil ...”

Nesse contexto, vale salientar que a questão do livro didático no Brasil não tem merecido destaque, o que pode ser confirmado por FREITAG et alii (1993):

“Há pouca preocupação com a dimensão do livro didático, seja por parte dos historiadores, seja por parte dos autores especializados ...”

Vale ressaltar que, a discussão em torno do livro didático está intimamente relacionada com a questão do sistema educacional e por consequência com a análise mais geral do contexto histórico nacional, envolvendo os aspectos: sociais, econômicos e políticos não podendo ser analisadamente, como enfatiza FREITAG et alii (1993):

“O livro didático não pode ser estudado de forma isolada “em si”, mas pressupõe o mapeamento das estruturas de poder e econômicas da sociedade brasileira para que compreendamos o seu funcionamento.”

Assim, como não existe uma reflexão sobre estes aspectos que estão inteiramente relacionados, os livros didáticos no decorrer da história são introduzidos na sala de aula sem considerar os níveis e as particularidades de cada turma, constituindo-se muitas vezes em elementos decisivos no processo ensino-aprendizagem, o que é reforçado por CARVALHO (s/d):

“Entre os materiais didáticos , é este o elemento mais decisivo no ensino, no atual estado da escola brasileira ... “

Dessa forma, vê-se o livro didático exercer um papel importante no processo ensino-aprendizagem, por constituir-se muitas vezes no único material escrito, o qual se encontra na sala de aula e conseqüentemente na vida das crianças da classe trabalhadora, conforme afirma MOLINA (1988):

“O livro didático adquire especial importância quando se atenta para o fato de que ele pode ser, muitas vezes,, o único livro com o qual a criança tem contato.”

Apesar do livro didático trazer essa imensa responsabilidade, o que deve-se discutir é a maneira de sua utilização na escola, a qual reforça a ideologia dominante contida nos livros, segundo diz FARIA (1994):

“O livro didático é um dos veículos utilizados pela escola para transmissão da ideologia burguesa.”

Ademais, vale salientar que os livros desestimulam as crianças estudar por várias razões conforme afirma CARVALHO (1987):

“Há uma grande quantidade de livros didáticos, de várias áreas ou disciplinas, com conceitos ou errados ou mal formulados ou incompletos, o que confunde o aluno e o desestimula a pegar no livro para estudar. (...) Há também muito livro mal redigido que peca ora pelo excesso de dados absolutamente supérfluos, ora pela síntese extrema que impede a capacitação e compreensão do assunto por parte do aluno.”

Muitas vezes se ouve dizer que, os conteúdos não tem ligação com a realidade, no entanto, eles tem uma função a cumprir, como mostra FARIA (1994):

“O livro didático não é desligado da realidade, ele tem uma função a cumprir: reproduzir a ideologia dominante. A ideologia dominante também não é desligada da realidade, ela também tem um papel e o cumpre ...”

Vale destacar que, para superar tais argumentações é apontada a regionalização do livro didático. Entretanto, com a regionalização as crianças pobres nada teriam a ganhar, porque seu conhecimento ficaria muito limitado ao seu meio, de acordo com FREITAG et alii (1993):

“A limitação da criança à fala de sua comunidade a restringe a um universo muito limitado, sendo necessário, ir a escola, dar a essa criança a oportunidade de ter acesso a língua de cultura, com a qual se abrem seus horizontes para o mundo, além das fronteiras de sua comunidade ou favela.”

Em face do exposto, levanta-se uma questão, cujo direito atribuído ao professor de escolher o livro é negado na sua prática segundo assegura LAJOLO (1987):

“O direito que tem o professor de escolher o livro com o qual vai trabalhar choca-se na prática, com a falta de condições concretas para exercer este direito ...”

Diante dessa situação contrastante é mister re-pensar as condições, em que são escolhidos nos livros didáticos para adoção nas escolas. Pois é feita, na maioria dos casos sem reflexão só com base no catálogo distribuído pelo MEC/FAE. A maioria dos professores não tem acesso ao exemplar e termina escolhendo pelo título ou por indicações de terceiros, como nos assegura FREITAG et alii (1993):

“ ... os professores fazem a indicação dos seus livros baseados em critérios bastante heterogêneos (aspecto gráfico, envio gratuito do livro pela editora, seu relacionamento na lista da FAE, sua indicação por um colega, etc.) ”

Assim sendo, acredita-se que a maioria dos professores não encontra respaldo para fazer sua escolha eficazmente. Dessa forma, os professores fazem uso do livro didático sem questioná-lo, tornando os alunos seres obedientes, conforme assegura DEIRÓ (1985):

“ ... transformá-las em seres obedientes e provavelmente, cidadãos poucos criativos, conformados diante de toda e qualquer autoridade, pequenos robôs, que só agem seguindo ordens. ”

Desse modo escola reforça através do livro didático o processo de dominação sobre a classe trabalhadora, reproduzindo os interesses do capital, não desenvolvendo o senso crítico do aluno, segundo nos assegura FARIA (1994):

“ ... o livro sistematiza a ideologia burguesa, amortiza o conflito realidade x discurso dizendo que o verdadeiro é o segundo (...) Assim, o livro didático contribui para a reprodução da classe operária ... ”

Mesmo assim, o livro didático torna-se necessário por ser o único elo que algumas crianças tem com a escrita, conforme diz CARVALHO (s/d):

“O livro didático é um mediador necessário por corporificar a forma escrita nas escolas da periferia e do interior, onde não tem nem sequer jornal e revista.”

Dá ser necessário uma reflexão mais profunda acerca desse material didático no sentido de analisar até que ponto ele se constitui um elemento de interferência positiva ou negativa no processo ensino-aprendizagem.

O LIVRO TEXTO COMO RECURSO DIDÁTICO: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

Na realidade observada, percebe-se que o livro didático exerce um papel importante no processo ensino-aprendizagem, tornando-se essencial no decorrer do seu dia-a-dia, segundo afirma uma das professoras:

“O livro didático é de grande importância para o professor, pois, sem ele o nosso trabalho se tornaria bem mais difícil ...”(prof n° 1)

Vê-se dessa maneira o quanto o professor aprecia o livro didático, chegando a considerar um guia de orientação para o planejamento das aulas, conforme salienta uma professora :

“ ... sem o livro didático o professor não seria capaz de planejar suas aulas; o livro didático serve de orientação para o professor...”(prof. 2)

Outra professora reforça essa mesma concepção ao afirmar que: “O livro didático nos ajuda nas atividades de classe e também nos orienta como trabalhar com a criança.”(prof. n° 3)”

Diante disso, percebe-se o quanto o livro didático é valorizado pelos professores, que o consideram um elemento indispensável no processo ensino-aprendizagem, conforme afirma uma professora:

*“O livro didático é um recurso que nunca deveria faltar, pois ajuda muito ao professor.”
(prof. nº 4)*

Frente a isto, vê-se que, para o professor é muito difícil trabalhar sem o livro didático, conforme sua colocação:

“Agente tem muita vontade trabalhar o livro de forma diferente mais não tem material ...” (prof nº 3)

Segundo os professores a sobrecarga de trabalho os impedem de preparar boas aulas. Essa colocação encontra respaldo nas palavras de FARIA (1994):

“ Ele (...) facilita o trabalho do professor, que ganhando tão pouco, precisa dar muitas aulas e não tem tempo de prepará-las como gostaria.”

Nesse enfoque, o professor utiliza de forma mecanizada sem criatividade. Essa colocação é melhor explicitada por Murílio Hingel na Revista Nova Escola nº - 77.

“Os exercícios baseiam-se na cópia e na transcrição, o que, de acordo com os avaliadores, dificulta a compreensão do significado da escrita para a criança porque são exercícios “mecânicos e reprodutivos”.”

A escolha do livro didático na escola é feita mais como uma obrigação do que como uma oportunidade de participação nas decisões da escola, conforme comentário dos professores:

“A escolha do livro didático é feita somente através de um catálogo e marcado apenas dois, onde o professor deve fazer a sua escolha ...” (prof. N° 3)

Como se vê, o professor diante do direito de escolher o livro didático, não encontra muitas opções, restando-lhe apenas optar pelo menos ruim.

Diante disso, acredita-se que cabe-lhes buscar outros recursos que os auxiliem na prática docente.

METODOLOGIA

Para executar o presente trabalho, procedeu-se a um estudo exploratório sobre o livro didático numa Escola Pública Municipal de 1º Grau em Cajazeiras - Paraíba, afim de observar, o uso do referente material pelo professor no seu dia-a-dia.

Este trabalho foi realizado em três momentos:

No primeiro momento, realizamos uma revisão bibliográfica com leituras e fichamentos de livros, jornais, revistas variadas, que contribuíram para o embasamento teórico, oportunizando-nos também a produção de um texto básico para estudo com os professores.

Mantivemos constantemente discussão com a orientadora sobre a temática em questão, esclarecendo algumas dúvidas através de atendimentos individuais.

No segundo momento realizamos os seminários na sala de aula com a presença da orientadora de estágio e as demais colegas de curso, onde tivemos a oportunidade de apresentar as temáticas por nós apreciadas.

No terceiro momento, foram realizadas visitas à escola, visando conhecê-la de um modo geral. Feito isso, procedemos as observações em sala de aula, verificando o uso do livro didático pelo professor. Realizamos um programa de estudo, com as professoras que lecionam na escola.

No que se refere aos estudos com os professores, estes ocorreram da melhor maneira possível, ficando claramente evidenciada a questão. Os professores demonstraram nos estudos, grande interesse através do debate.

Concluída esta fase, relatamos nossa experiência vivenciada, através de um relatório final.

CONCLUSÃO

O trabalho sobre o Livro Didático embora tenha enfrentado dificuldades, contudo posso assegurar que foi importante, para o enriquecimento de meus conhecimentos, abrangendo não só os meus, mas os que tiveram também a oportunidade de discutir o assunto em pauta.

Atuando no campo de estágio, pude comprovar, como a limitação do livro implica em apresentar conteúdos restritos, que impede o raciocínio crítico das crianças deixando-as alienadas.

Findo todo o trabalho, percebe-se que, um dos entraves foi o tempo bastante limitado porém, alcançamos os objetivos propostos em relação ao estudo sobre o livro didático.

Finalmente tenho absoluta consciência de que os estudos de produção e textos foram importantes para o meu desenvolvimento intelectual.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARVALHO, Nelly. O livro didático. In: JORNAL DA ALFABETIZADORA Nº 14. Porto Alegre, KUA-RUP, s/d.

FARIA, Ana Lúcia G. de . Ideologia no livro didático - 11ª ed. - São Paulo, Cortez, 1993.

FREITAG et alli - O livro didático em questão - 2ª edição - São Paulo, Cortez, 1993.

MOLINA, Olga. Quem engana quem: professor x livro didático - 2ª ed. Campinas, S.P. Papirus, 1988.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas deiró. As belas mentiras: a ideologia subjacente dos textos didáticos. 11ª ed. - São Paulo; Moraes, 1978.

REVISTA EM ABERTO - Órgão de divulgação técnica do Ministério da Educação - Brasília, ano 6, Nº 35 JUL/SET. 1987.

REVISTA NOVA ESCOLA, Nº 79 / OUT. 1994.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CFP - CAMPUS - V -
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO: *PEDAGOGIA*
DISCIPLINA: *ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM*
SUPERVISÃO ESCOLAR

**O estágio supervisionado de pedagogo supervisor:
propostas de ação**

Orientadora do Estágio:
Professora: *Idelzúte S. Lima*

Cajazeiras, Abril de 1995

SUMÁRIO

I - APRESENTAÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVO.	3
II - CONTEÚDOS	4
III - METODOLOGIA	5
IV - AVALIAÇÃO	5
V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	6
VI - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	9

I - APRESENTAÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

De modo geral é no momento do estágio curricular que se dá passagem de estudante para o profissional. É nesse momento que ele descobre na sua formação: suas mazelas, suas inconsistências teórica-metodológicas, seus pontos críticos. Enfim, a “caixa preta” da sua formação.

Essa situação, já antiga, impõe dos professores de estágio curricular tarefas desafiantes, no sentido de tentar reconstruir em, no máximo dois períodos letivos, toda trajetória acadêmica dos alunos e conceber essa atividade como um período de preparação e iniciação profissional.

Nesse sentido, pensamos que o Estágio Curricular em Supervisão Escolar que ora orientamos deverá contribuir para a formação do pedagogo supervisor, no sentido de proporcionar uma maior compreensão teórica-metodológica dos fenômenos educativos, bem como aproximá-lo dos problemas intra-escolares na perspectiva de deslumbrar saídas a partir de embasamento teórico e da prática coletiva no âmbito das escolas, considerando que será ele, enquanto profissional da educação, um dos elementos agilizadores de processos escolares que possam significar um novo tipo de educação que atenda aos interesses e anseios das sociedade brasileira.

A nossa proposta de trabalho para o estágio supervisionado em supervisão escolar permitirá que os alunos tentem os fundamentos teóricos adquiridos ao longo do curso de Pedagogia às tentativas operacionais de suas Propostas de Ação, veiculando o saber sistematizado à realidade das escolas, campo de trabalho, fortalecendo dessa forma, a produção de conhecimento e a sua formação enquanto educador consciente e compromissado com a realidade brasileira.

II - CONTEÚDOS

TEMÁTICAS OPERACIONAIS:

- * Planejar para que ? Uma proposta de planejamento na escola X.
- * O livro-texto como recurso didático: potencialidades e limitações.
- * Alfabetização: confronto de teorias x aprendizagem em escolas públicas, privadas e alternativas.
- * Contos de fadas ou realidade ? Um estudo de História do Brasil na 5ª série.
- * Ciclos de pais e mestres em escolas rurais: para além da tentativa de aproximação.
- * Livro didático: seu papel no processo ensino-aprendizagem.

III - METODOLOGIA:

A proposta do curso para o Estágio Supervisionado será desenvolvida basicamente em duas etapas: uma teórica e outra prática.

A primeira constará de uma revisão bibliográfica para aprofundamento teórico e organização da abordagem de campo, que caracterizará a segunda etapa da proposta.

Faz parte também dessa proposta, organizar eventos internos (seminários, encontros, mesa redonda, etc) onde os estagiários relatarão suas experiências, ao tempo em que se sistematizarão seus conhecimentos no confronto com a problemática da ação Supervisora.

Dessa forma, os alunos terão oportunidades de transmitir suas experiências profissionais e ou acadêmicas.

IV - AVALIAÇÃO

A AVALIAÇÃO COMPREENDERÁ:

- 1 - O processo de produção intelectual da aluna (as condições em que este se deu, a finalidade do instrumental teórico, a bibliografia, etc);
- 2 - A própria produção (aprofundamento teórico, a escrita, a redação, a qualidade, etc);
- 3 - Desempenho e nível de qualidade na realização dos eventos internos;
- 4 - A defesa do trabalho perante a banca examinadora (se for o caso).

V - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU E MACETTO . O professor universitário em sala de aula.
São Paulo, Cortez.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. tradução de Wagner J. Evangelista e Maria L. V. Castro. 2ª ed. Rio de Janeiro. 1985.

- ARROYO M.G. Pátria amada, ignorada. Em aberto. Brasília 7: (37) Janeiro/MAÇ. 1988.
- AZENHA, M. G. Construtivismo - de PIAGET a EMÍLIA FERREIRA. São Paulo, Princípios, 1993.
- BARROS, Aidil J. P. e LEHFELD N. A. S. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis, Vozes, 1991.
- BUARQUE, L. L. e REGO, L. L. B. Alfabetização e construtivismo: teoria e prática. Recife, Ed. Universitária, 1994.
- CARDOSO, B e TEBEROSKY, A. Reflexões sobre o ensino da leitura e a escrita. 5ª ed. Petrópolis, Vozes . 1993.
- CARVALHO, M. C. M. (Org). Construindo o saber. 4ª ed. Campinas, Papirus, 1994.
- CHARLOT, B. A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- DEIRÓ, M. L. C. As belas mentiras. 11ª ed. São Paulo, Moraes, 1978.
- FARIA, A. L.G. Ideologia no livro didático. São Paulo, Cortez, 1986.
- FEIL, R.T.S. Alfabetização - um desafio novo para um novo tempo. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FERREIRO, E. Reflexões sobre a Alfabetização. 22ª ed. São Paulo, Cortez, 1993.
- FREITAG et alii. O livro didático em questão. São Paulo, Cortez, 1993.

MOLINA, C. Quem engana quem ? O professor x livro didático, 2ª ed. Campinas. Papirus, 1988.

ROSA, G. S. Construtivismo e mudança. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1994.

SOARES. G.M. R. Estudo comparativo de métodos de ensino da leitura e da escrita. 3ª ed. Papelaria América e Editora, 1983.

TURRA, E. A. L. Planejamento de Ensino e Avaliação. São Paulo. Sagra

VIGOLVINO, N. D. Mulher professora leiga: vida e trabalho. Dissertação de mestrado. PUC - Rio de Janeiro, 1989.

- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ATIVIDADE	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
Revisão Bibliográfica	X	X	X			
Organização dos Seminários		X	X			
Seminários			X			
Trabalho no campo de estágio			X	X	X	
Exame e julgamento personalizado da discussão da proposta enciada		X	X	X	X	X
Produção e apresentação da monografia			X	X	X	X

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**O LIVRO TEXTO COMO RECURSO
DIDÁTICO:
*POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES***

ELABORADO POR:

*Keilane Maria de oliveira
Alciseuda Bezerra Bandeira
Maria Eliane Oliveira de Souza
Josefa Rosa Filgueira Bezerra
Maria do Socorro Oliveira Souza
Hanrieth Bigno Melo*

ORIENTADORA:

Idelzuite de Sousa Lima

Cajazeiras, 11 de Maio de 1995

SUMÁRIO

I - OBJETIVOS	3
II - JUSTIFICATIVA	4
III - METODOLOGIA	15
IV - CRONOGRAMA	16
V - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	17

I - OBJETIVOS

- Aprofundar os conhecimentos sobre a utilização do livro texto como recurso didático.
- Analisar os conteúdos e exercícios propostos no livro didático junto aos professores da escola pública.
- Promover estudos com o professor, numa perspectiva de encontrar outra forma de trabalhar o livro didático.

II - JUSTIFICATIVA

O LIVRO TEXTO COMO RECURSO DIDÁTICO: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

A história do livro didático no Brasil é permeada pela falta de uma política definida para a questão, sendo pautada “ *por decretos-lei e medidas governamentais que se sucedem a partir de 1930* “. (FREITAG, 1993)

Para compreendermos como o livro didático veio a ser introduzido no campo educacional brasileiro é necessário analisarmos o contexto histórico nacional que ocorria no Brasil, no período que antecedeu a 1930.

A década de 20 caracterizou-se, conforme narra PEDRO (1987) “*por imensas lutas políticas e sociais que questionavam o domínio das aristocracias cafeeiras de São Paulo. Greves e levantes militares eram as formas de protesto contra o poder dos cafeicultores.*”

Economicamente, o Brasil não conseguia manter o mercado comprador de café, pois os países que adquiriam nossos produtos desvalorizam-no cada vez mais.

Os oficiais de escalões mais baixos do exércitos se revoltaram contra o domínio exclusivo dos cafeicultores. Levantaram-se em movimentos armados e violentos contra os donos do poder na República Velha. Esses jovens oficiais militares passaram a ser importantes personagens o cenário político brasileiro.

Foi o acúmulo desses antagonismos que desencadeou a chamada revolução de 1930, que mudou importantes aspectos da evolução de nossa história.

A revolução de 1930, pretendia “ *além da modernização do país, a urbanização, a revolução industrial, a democratização da vida política e outros* “. (LIMA, s/d) Assim o grande ímpeto para o desenvolvimento do país e a inserção nos quadros do capitalismo mundial foi a industrialização.

Todavia essa “*modernização*” exigia mão de obra especializada, de modo que a educação não podia permanecer alheia às mudanças. Assim, para atender as exigências do mercado, estruturava-se uma política educacional, que até então não era definida. “*Fixa-se definitivamente um sistema escolar seriado, implanta-se o ensino médio, cria-se o MEC*”. (LIMA, s/d)

Estabelecido o sistema educacional, avoluma-se a quantidade de normas deliberativas legislando todos os aspectos da educação nacional sob a jurisdição desse ministério.

No bojo dessa legislação surge a partir daí os muitos decretos sobre a questão do livro didático. Tais medidas e decretos são definidos isoladamente sem a participação dos professores, pais, alunos, sindicatos e outras categorias que pudessem intervir de forma direta ou indireta na feitura do livro didático.

Parafraseando FREITAG et alii (1993) concluímos que há pouca preocupação com a dimensão do livro didático seja por parte dos historiadores, seja por parte dos autores especializados o que faz com que não haja sistematização da história do surgimento do livro didático no Brasil somadas às discrepâncias da sua função.

Do mesmo modo, a pesquisa sob o livro didático não tem merecido destaque por parte dos pesquisadores, com exceção de algumas iniciativas esporádicas e muito recentemente a partir dos anos 80.

Cumpre-nos todavia, salientar que a discussão em torno do livro didático no Brasil está diretamente relacionada com a questão do sistema educacional e por consequência com a análise mais geral do contexto histórico nacional, o que é reforçado por FREITAG et alii (1993):

“O livro didático não pode ser estudado de forma isolada em si”, mas pressupõe o mapeamento da estruturas de poder e econômicas da sociedade brasileira para que compreendamos o seu funcionamento”.
(p.127)

De forma pronta e acabada, os livros didáticos no decorrer da história são introduzidos na sala de aula, sem considerar os níveis e as particularidades de cada turma, constituindo-se muitas vezes em elementos decisivo no processo ensino-aprendizagem.

Assim o livro didático assume este caráter determinante, diante das inúmeras atividades que o professor é obrigado a exercer, trabalhando muitas em três turnos em várias escolas, não dispondo de tempo para estudo e preparação das aulas, na busca incessante de sobrevivência diante das condições porque passa o profissional do magistério, do atual quadro da sociedade brasileira, o que se pode confirmar nas palavras de CARVALHO (s/d):

“Entre os materiais didáticos , é este o elemento mais decisivo no ensino, no atual estado da escola brasileira ...”

Diante disso o livro didático, instrumento auxiliar do professor, desempenha um papel preponderante no dia-a-dia do educador. Todavia ele não pode ser visto isolado da ação pedagógica, mas deve ter correlação com os demais elementos do processo educativo.

Parafrazeando FREITAG et alii (1993) verifica-se que o livro didático como produto de uma indústria cultural tem a função de ocupar espaços, preencher vazios, com a finalidade de impedir que os consumidores se dêem conta das contradições materiais em que vivem e das relações de produção que prevalecem na sociedade de consumo.

Sendo assim, o livro didático assume o caráter de todo o produto da indústria cultural, ou seja, seus conteúdos são reproduzidos anualmente sem renovação, com o objetivo de idiotizar os condumidores no caso - professores e alunos - garantindo seu poder de lucro desviando sua função de educar para se tornar mercadoria.

Entretanto, o que deve ser também questionado não é o fato da sua existência, mas a forma como são trabalhados os conteúdos ministrados pelo professor com base no livro didático.

Comumente, se diz que os conteúdos são desvinculados da realidade, no entanto, eles tem uma realidade a cumprir, como enfatiza FARIA (1994):

“O livro didático não é desligado da realidade, ele tem uma função a cumprir: reproduzir a ideologia dominante. A ideologia dominante também não é desligada da realidade, ela também tem um papel e o cumpre ... (p.71)”

Nesse contexto, a escola como um dos aparelhos ideológicos do estado, desempenha sua função de inculcação da ideologia dominante. Como diz ALTHUSSER: *“... A escola ensina “saberes práticos”, mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ...”*

Esses saberes práticos são transmitidos através dos conteúdos curriculares. Uma das formas que a escola encontra para desenvolver seus conteúdos é através do livro didático. Esse muitas vezes impede que as crianças sobretudo, os filhos dos trabalhadores adquiram, organizem e formulem a sua própria ideologia.

De fato, a ideologia burguesa é veiculada no livro didático com o propósito de continuar o processo hegemônico de dominação e exploração sobre a classe proletariada. Isso se dá por intermédio dos conteúdos e ilustrações que referem-se a ambientes e vivências da criança burguesa, distanciando-se da realidade da criança carente, que também se utiliza do livro didático.

Diante da questão supracitada alguns pesquisadores dentre eles Belloni e Silva (1983), apontam como solução a regionalização desse material didático defendendo que só assim haveria condições de trabalhar de acordo com a realidade próxima do aluno.

Dessa forma, a discussão em torno da regionalização toma longo alcance, pelo aspecto dúbio com que se apresentam, ao reduzir a oportunidade de alargar os conhecimentos e reforçar a exclusão dos já excluídos da sociedade. Sem contar com a questão, particularmente dos nordestinos que são tratados diferentemente dos povos do sul do país, em todos os aspectos preponderantemente do ponto de vista intelectual /cultural.

Ademais, a regionalização no atual sistema educacional brasileiro e por consequência, da sociedade como todo tem um caráter de limitação do universo vocabular. Nos apoiamos em FREITAG et alii (1993) para afirmar que:

“A regionalização do livro didático no Brasil somente teria condições de produzir um livro de melhor qualidade se ocorresse uma reestruturação global no sistema educacional e uma elevação geral do nível de profissionalização de todos os agentes envolvidos.” (p.38)

Com efeito, esta reestruturação precisa ser efetivada. Entretanto, da forma como está estabelecida a classe oprimida nada teria a ganhar com a regionalização do livro didático porque seu conhecimento ficaria de forma restrita, limitada somente a seu meio, impedindo que haja uma preparação maior de decisões conscientes para a realidade na qual vivemos, o que pode ser constatado por FREITAG et alii (1993):

“A limitação da criança à (...) sua comunidade a restringe a um universo muito limitado,, sendo necessário, via escola, dar a essa criança a oportunidade de ter acesso a língua de cultura, com a qual se abrem seus horizontes para o mundo, além das fronteiras de sua comunidade ou favela” (p.34)

Retratar somente as vivências da criança nua e crua, não iria contribuir em nada para superá-las, ao contrário iria sedimentar cada vez mais as desigualdades. Segundo, cabe ao professor a séria responsabilidade de trabalhar os conteúdos numa perspectiva que busque meios de evitar a consolidação do processo de marginalização e sua condição de classe.

Nesse enfoque, a concepção ideológica do professor se constitui no ponto crítico da questão, por ser ele o mediador entre o conteúdo do livro didático e a metodologia utilizada para trabalhar tais conteúdos .

Outra questão em foco, é o direito atribuído ao professor de escolher o livro. Encontra-se aqui um grande paradoxo, pois na sua prática cotidiana o professor não encontra respaldo para efetuar-lo eficazmente, seguindo os requisitos necessários para se fazer uma escolha criteriosa. Como nos assegura LAJOLO (1987):

“O direito que tem o professor de escolher o livro com o qual vai trabalhar choca-se na prática, com a falta de condições concretas para exercer este direito ...” (p.6)

Em face a essa situação contrastante é mister re-pensar as condições em que são escolhidos nos livros didáticos para adoção nas escolas. Ela é feita sem análise, sem reflexão só com base no catálogo distribuído pelo MEC. A maioria dos professores não tem acesso ao exemplar e termina escolhendo pelo título ou por indicações de terceiros.

Assim, pouco adianta ter o poder de escolher quando não se sabe o que e como escolher. Conforme salienta SOARES (1994):

“Nosso problema crítico é a formação do professor. É preciso fazer uma reformulação dos cursos de 2º grau, assim como do superior, inserindo conteúdo com o que o professor vai ensinar (...) É preciso um grande investimento na formação dos professores, porque são eles que escolhem os livros.”

(Revista Nova Escola, Nº 79/OUT. 1994)

Diante da inércia de alguns professores, o aluno utiliza o livro, fica em segundo plano. A preocupação reside na mediatização dos conteúdos, sem considerar as necessidades e afinidades do educando.

O que se percebe é que os livros, aos quais a maioria das crianças tem acesso, omitem as dificuldades de uma sociedade em contradições, onde uma minoria tem condições favoráveis de estudar, alimentar-se, viver, e a grande maioria confronta-se com a escassez de alimentos moradias e outros fatores indispensáveis à vida do ser humano.

Os conteúdos livrescos quase não apresentam essas diferenças e quando as ilustram é como se fossem características naturais entre os homens, fazendo-se crer que todos são afetados quando na verdade os prejudicados são aqueles que confrontam-se dia-a-dia com essa antagonismo.

A escola por sua vez, difunde essa contradição, sendo mais um veículo de inculcação ideológica, que se dá de forma organizada e planejada, garantindo a estabilidade do sistema social contribuindo para que os educandos sejam passivos e conformistas com a sua condição de vida, segundo afirma FARIA (1994):

“A educação na sociedade capitalista tem a escola como um dos instrumentos de sua dominação, cujo o papel é o de reproduzir a sociedade burguesa, através da sua ideologia ...”
(p.8)

Com isso, a escola baseia-se num modelo autoritário, onde as crianças devem respeitar, obedecer e seguir ordens e padrões pré-estabelecidos, conseguindo dessa forma, *“transformá-las em seres obedientes e provavelmente, cidadãos pouco criativos, conformados diante de toda e qualquer autoridade, pequenos robôs, que só agem seguindo ordens”*. (DEIRÓ, 1989; p.75)

Desse modo, a escola reforça através do livro didático o processo de dominação sobre a classe trabalhadora, reproduzindo os interesses do capital, não desenvolvendo o senso crítico do aluno, segundo nos assegura FARIA (1994):

“ ... O livro sistematiza a ideologia burguesa, amortiza o conflito realidade x discurso dizendo que o verdadeiro é o segundo. (...) Assim, o livro didático contribui para a reprodução da classe operária ... ”(p.77)

Diante dessas considerações surgem algumas implicações acerca do livro didático que nos instiga a analisar quais as suas potencialidades e limitações no cerne do processo ensino-aprendizagem na realidade objetiva das nossas escolas.

O livro didático constitui-se até certo ponto em vilão por viabilizar mensagens ideologizadoras e deformadoras. Entre estas podemos destacar a relação entre os brancos e os índios apresentados nos livros, como enfatiza DEIRÓ (1981), *“que se dá de forma estereotipada e vertical, onde os primeiros são os doadores da verdadeira cultura, e civilização superior, enquanto que os segundos são os receptores “selvagens” e “ignorantes”.*

Por outro lado o livro didático torna-se necessário por ser o único elo que algumas crianças tem com a escrita, em escolas onde não há acesso a nenhum outro material didático. Conforme salienta CARVALHO (s/d):

“O livro didático é um mediador necessário por corporificar a forma escrita nas escolas da rede pública, nas escolas da periferia e do interior, onde não tem nem sequer jornal e revista.” (p.7)

Confirmando essa posição MOLINA (1988) destaca que o livro didático adquire especial importância quando se atenta para o fato de que ele não pode ser muitas vezes, o único livro com o qual a criança tem contato.

Daí ser necessário uma reflexão mais profunda acerca desse material didático no sentido de analisar até que ponto ele se constitui um elemento de interferência positiva ou negativa no processo ensino-aprendizagem.

Assim, consideramos importante estudar essa temática por oportunizar uma reflexão crítica do problema, dando-nos condições como supervisoras de contribuir com os professores em busca de uma outra forma de trabalhar o livro didático.

III - METODOLOGIA

“A metodologia é um ^{guia} para um estudo sistemático do enunciado e compreensão de problemas.”
(RUDIO, 1980. p.15)

Sendo a metodologia uma condição necessária para um bom desempenho de uma atividade, sobretudo de natureza acadêmica, compreendemos ser fundamental planejar o modo como este trabalho será realizado.

A nossa proposta de trabalho, consiste em analisar o livro texto utilizado por professores que lecionam de 1ª a 4ª séries em escolas Públicas-Municipais na cidade de Cajazeiras - Paraíba.

Iniciaremos nosso trabalho realizando visitas às escolas onde faremos os primeiros contatos, visando conhecer a comunidade escolar, a organização e o funcionamento geral da escola.

Optamos metodologicamente pela observação participante por ser um instrumento adequado para apreender o nosso objeto de estudo, na medida em que poderemos acompanhar “in loco” o dia-a-dia dos sujeitos, o significado que eles dão à realidade que os rodeia e as suas próprias atitudes.

A partir dos dados coletados, pretendemos realizar sessões de estudo com os professores para analisarmos como são utilizados os livros didáticos, e juntos tentarmos encontrar uma outra forma de trabalhá-lo, dando uma nova perspectiva ao processo ensino-aprendizagem.

De posse dessa compreensão elaboraremos a monografia, descrevendo toda experiência vivida.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 2ª edição. Edição Graal, Rio de Janeiro, 1985.

CARVALHO, Nelly. O livro didático. In: JORNAL DA ALFABETIZADORA Nº 14. Porto Alegre, KUARUP, s/d.

FARIA, Ana Lúcia G. de . Ideologia no livro didático - 11ª ed. - São Paulo, Cortez, 1993.

FREITAG et alli - O livro didático em questão - 2ª edição - São Paulo, Cortez, 1993.

LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da Educação no Brasil: De Pombal a Passarinho. 3ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Brasília, s/d.

MOLINA, Olga. Quem engana quem: professor x livro didático - 2ª ed. Campinas, S.P. Papyrus, 1988.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas deiró. As belas mentiras: a ideologia subjacente dos textos didáticos. 11ª ed. - São Paulo; Moraes, 1978.

PEDRO, Antônio. História do Brasil: FTD, 1987.

REVISTA EM ABERTO - Órgão de divulgação técnica do Ministério da Educação - Brasília, ano 6, Nº 35 JUL/SET. 1987.

REVISTA NOVA ESCOLA, Nº 79 / OUT. 1994.

ESCOLA MUN. DE 1º GRAU LUIZ CARTAXO ROLIM
REUNIÃO PARA ESTUDO SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

DATA: 06/07/95

HORA: 15 : 30

LOCAL: ESCOLA MUN. DE 1º GRAU LUIZ
CARTAXO ROLIM

PARTICIPANTES: DIRETORA, SUPERVISORA E
PROFESSORES

OBJETIVO: - REALIZAR UM ESTUDO COM AS
PROFESSORAS A RESPEITO DO LIVRO
DIDÁTICA.

PAUTA

I - ABERTURA

II - TÉCNICA

III - EXPOSIÇÃO ORAL

IV - ESTUDO EM GRUPO

V - APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

VI - AVALIAÇÃO

VII - ENCERRAMENTO

TEXTO I

A PROBLEMÁTICA DO LIVRO DIDÁTICO

A polêmica que se desencadeou em torno da questão do livro didático tem induzido tanto os historiadores como os autores especializados a um estudo com mais profundidade, na busca de uma solução para melhor adequá-lo no processo ensino-aprendizagem, dando-lhe uma nova perspectiva.

É do conhecimento de todos que a questão do livro didático não tem merecido destaque, tendo em vista que na maioria das vezes tem se tornado um elemento criativo, tanto pelos professores como pelos historiadores, conforme salienta FREITAG et alii (1993):

“Há pouca preocupação com a dimensão do livro didático, seja por parte dos historiadores, seja por parte dos especializados ...”

No entanto, cumpre-nos salientar que a discussão em torno do livro didático está intimamente relacionada a questão do sistema educacional e por consequência com análise mais geral do contexto histórico nacional. A questão do livro envolve os aspectos: sociais, econômicos e políticos não podendo ser analisado isoladamente, o que é reforçado por FREITAG et alii(1993):

“O livro didático não pode ser estudado de forma isolada “em si”, mas pressupõe o mapeamento das estruturas de poder e econômicas da sociedade brasileira para que compreendamos o seu funcionamento.”(p.127)

Vivemos numa sociedade dividida em classes, onde poucos tem acesso a tudo e a grande maioria é excluída dos benefícios da sociedade, quer seja do ponto de vista econômico quer seja do social. As questões acerca do processo educativo se constituem em mais um elemento dessa estrutura de poder que manipula tudo e todos em torno de seus interesses.

Todavia, como não existe uma reflexão sobre este aspecto que estão inteiramente relacionados, os Livros didáticos no decorrer da história são introduzidos na sala de aula sem considerar os níveis e as particularidades de cada turma, constituindo-se muitas vezes em elementos decisivos no processo ensino-aprendizagem.

Assim o livro didático assume este caráter determinante, diante das inúmeras atividades que o professor é obrigado a exercer, trabalhando muitas vezes em três turnos em várias escolas, não dispondo de tempo para estudo e preparação das aulas, na busca incessante de sobrevivência diante das condições porque passa o profissional do magistério, no atual quadro da sociedade brasileira, o que se pode confirmar nas palavras de CARVALHO (s/d):

“Entre os materiais didáticos, é este o elemento mais decisivo no ensino, no atual estado da escola brasileira ...”

Diante disso, o livro didático, outrora instrumento auxiliar do professor, desempenha um papel preponderante no dia-a-dia do educador. Todavia, ele não pode ser visto isolado da ação pedagógica, mas deve ter correlação com os demais elementos do processo educativo.

Em face a essa situação, eis aí a grande problemática do livro didático que empurra o professor a utilizá-lo de forma mecânica, deixando o aluno em segundo plano, não considerando suas necessidades e expectativas.

Frente a estas questões faz-se necessário refletir sobre esse material didático no sentido de analisar até que ponto se constitui em elemento de interferência positiva ou negativa no processo ensino-aprendizagem.

**ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU LUIZ CARTAXO
ROLIM**

REUNIÃO PARA ESTUDO SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

DATA: 14/07/95

HORA: 15 : 00

LOCAL: ESCOLA MUN. DE 1º GRAU LUIZ CARTAXO
ROLIM

PARTICIPANTES: DIRETORA, SUPERVISORA E
PROFESSORAS

- OBJETIVOS:**
- REALIZAR UM ESTUDO COM AS PROFESSORAS SOBRE O LIVRO DIDÁTICO
 - DEBATER COM AS PROFESSORAS A FUNÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

PAUTA

I - ABERTURA

II - DINÂMICA

III - EXPOSIÇÃO ORAL

IV - DEBATE

V - AVALIAÇÃO

VI - ENCERRAMENTO

TEXTO II

A ESCOLA E O LIVRO DIDÁTICO

Sendo a escola uma instituição voltada para a formação do aluno, costumamos dizer que é ela a responsável pela aprendizagem da criança.

Sendo assim, a escola como um veículo de inculcação ideológica, reproduz a sociedade de classes, servindo aos interesses da classe dominante, por apresentar esses interesses particulares como se fossem os de todos.

É na escola que tudo se dá de forma organizada e planejada, pois elas reproduz os valores, as idéias, a cultura, o mundo da classe dominante como o único mundo correto e possível. Isto é reforçado através do livro didático, como enfatiza FARIA (1994):

“ ... O livro sistematiza a ideologia burguesa, amortiza o conflito realidade x discurso dizendo que o verdadeiro é o segundo. (...) Assim o livro didático contribui para a reprodução da classe operária.”

Desse modo, o livro didático tem a função de reproduzir a ideologia dominante. Nisto, a escola como um dos aparelhos ideológicos do Estado, desempenha a função de inculcação da ideologia dominante. Nos asseguramos em ALTHUSSER (1978) para afirmar que:

“A escola ensina saberes práticos, mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante.”

Esses saberes práticos são transmitidos através dos conteúdos curriculares. Uma das formas que a escola encontra para desenvolver seus conteúdos é através do livro didático. Isso muitas vezes impede que as crianças sobretudo, os filhos dos trabalhadores adquiram, organizem e formulem a sua própria ideologia.

De fato, a ideologia burguesa é veiculada no livro didático com o propósito de continuar o processo de dominação e exploração sobre a classe proletariada. Isto se dá por intermédio dos conteúdos e ilustrações que referem-se a ambientes e vivências da criança burguesa, distanciando-se da realidade da criança carente, que também se utiliza do livro didático.

Outra questão em foco, é o direito atribuído ao professor de escolher o livro. Encontra-se aqui um grande paradoxo, pois na sua prática cotidiana o professor não encontra respaldo para efetua-lo eficazmente, segundo os requisitos necessários para se fazer uma escolha criteriosa. Como nos assegura LAJOLO (1987):

“ ... O direito que tem o professor de escolher o livro com o qual vai trabalhar choca-se na prática com a falta de condições concretas para exercer este direito ... ”

Em face a essa situação contrastante é mister re-pensar as condições em que são escolhidos os livros didáticos para adoção nas “

escolas. Ela é feita sem análise, sem reflexão só com o catálogo distribuído pelo MEC. A maioria dos professores não tem acesso ao exemplar e termina escolhendo pelo título ou por indicação de terceiros.

Nesse enfoque, surge algumas interrogações: Como o professor trabalha o livro didático na sala de aula ? Os conteúdos livrescos atendem as necessidades do educando ? Como é feita a escolha do livro didático ? O professor é satisfeito com o conteúdo dos livros escolhidos ?

Diante dessas considerações, surgem algumas implicações acerca do livro didático que nos instiga a analisar quais as suas potencialidades e limitações no cerne do processo ensino-aprendizagem na realidade objetiva das nossas escolas.

ESCOLA MUN. DE 1º GRAU LUIZ CARTAXO ROLIM

REUNIÃO PARA ESTUDO SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

DATA: 21/07/95

HORA: 15 : 00

LOCAL: ESCOLA MUN. DE 1º GRAU LUIZ CARTAXO
ROLIM

PARTICIPANTES: DIRETORA, SUPERVISORA E
PROFESSORAS

OBJETIVOS: - REFLETIR SOBRE OS CONTEÚDOS
APRESENTA DOS NO LIVRO
DIDÁTICO

- IDENTIFICAR AS VANTAGENS E
DESVANTAGENS DA REGIONALIZAÇÃO

PAUTA

I - ABERTURA

II - TÉCNICA

III - EXPOSIÇÃO ORAL

IV - LEITURA DO TEXTO

V - ANÁLISE DOS LIVROS

VI - DEBATE

VII - AVALIAÇÃO

VIII - ENCERRAMENTO

TEXTO III

O LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO

No estudo anterior vimos a escola e o livro didático, dentro de uma visão mais geral. No estudo que se segue abordaremos a questão do livro didático especificamente.

Comumente se diz que os conteúdos são desvinculados da realidade, no entanto, eles têm uma realidade a cumprir, como enfatiza FARIA (1994):

“O livro didático não é desligado da realidade, ele tem uma função a cumprir: reproduzir a ideologia dominante. A ideologia dominante também não é desligada da realidade, ela também tem um papel e o cumpre ...”(p.71)

Sendo assim, o livro continua reforçando o processo de dominação e exploração sobre a classe trabalhadora e como solução para tal situação, alguns pesquisadores dentre eles Belloni e Silva (1983), apontam a regionalização desse material, defendendo que só assim haveria condições de trabalhar de acordo com a realidade próxima do aluno.

Dessa forma, a discussão em torno da regionalização toma longo alcance, pelo aspecto dúbio com que se apresenta, ao reduzir a oportunidade de alargar os conhecimentos e reforçar a exclusão dos já excluídos da sociedade. Sem contar com a questão, particularmente dos nordestinos que

são tratados diferentemente dos povos do sul do país, em todos os aspectos preponderantes do ponto de vista intelectual/cultural.

Com isso além de limitar a criança a seu meio, impede que esta tenha oportunidade de ampliar seu conhecimento e de criar condições necessárias para torna-se cidadãos conscientes para a realidade na qual vivemos, o que pode ser constatado por FREITAG et alii (1993):

“A limitação da criança à (...) sua comunidade a restringe a um universo muito limitado, sendo necessário, dar, a essa criança a oportunidade de ter acesso a língua de cultura, com a qual se abrem seus horizontes para o mundo, além das fronteiras de sua comunidade ou favela.”(p.34)

Retratar somente as vivências da criança nua e crua, não iria contribuir em nada para superá-la, ao contrário, iria sedimentar cada vez mais as desigualdades. Segundo, cabe ao professor a séria responsabilidade de tratar os conteúdos numa perspectiva que busque meios de evitar a consolidação do processo de marginalização e sua condição de classe.

Nesse enfoque, o professor se constitui no ponto crítico da questão, por ser ele o mediador entre o conteúdo do livro e a metodologia utilizada para trabalhar tais conteúdos.

Sabemos que os conteúdos na sua grande maioria, omitem as dificuldades de uma sociedade de contradições, ou quando as apresentam é como se fossem características naturais entre os homens. Podemos comprovar isso através do texto abaixo:

O QUE É FELICIDADE (TÍTULO)

“Conta-se que um rei, dono de imensas riquezas, caíra um dia num grande estado de tristeza. Nem mesmo os médicos da corte conseguiram curar a doença tão estranha (...) Um dia chegou aos ouvidos do rei a notícia de que pelo país circulava um sábio, homem de profundos conhecimentos e que solucionava todos os problemas que lhe confiassem. Após vários meses de intensa procura, os emissários da corte localizaram o famoso sábio e trouxeram-no ao rei.

- Majestade, fui informado da sua enfermidade e aqui estou, para servi-lo - disse, gentilmente o sábio. O rei contou-lhe de sua imensa tristeza e pediu-lhe ajuda. O sábio pediu um prazo e retirou-se para um canto a fim de refletir sobre uma possível solução. Passados dias, ele foi até o rei e afirmou-lhe: - Vossa majestade ficará bem novamente se usar durante um mês a camisa de um homem feliz.

Mas não era fácil encontrar um homem feliz. Entre os homens ricos não havia um só que não tivessem problemas. Entre os pobres, pior ainda. (...) quando se teve notícia que num dos campos afastados vivia um homem feliz. Que amanhecia cantando e dormia sorrindo. Que os pássaros, as flores encontravam nele a sua morada, tal era o seu poder de transmitir vida e entusiasmo. sabia-se, ainda, que ele trabalhava o dia todo e que para encontrá-lo bastava ir ao campo de trigo. Lá encontraram o homem feliz, mas o homem era tão pobre que não tinha camisa.

(TAVARES, Oneide S. e GORDO, Nívia.CN, 4ª série, p.42. IN DEIRÓ. 1981. p.127)

Com isso pretende-se “impedir que as crianças pertencentes a uma sociedade capitalista questionem a posição sócio-econômica privilegiada de uma minoria rica (5%), que mediante a concentração de renda, está provocando um maior aguçamento das contradições sociais, da miséria da classe pobre, dominada e explorada do país”. (DEIRÓ, 1981. p.128)

Por outro lado o livro torna-se necessário por ser o único elo que algumas crianças tem com a escrita, em escolas que não há acesso a nenhum outro material didático. Conforme salienta CARVALHO (s/d):

“O livro didático é um mediador necessário por corporificar a forma escrita nas escolas da rede pública, nas escolas da periferia e do interior, onde não tem sequer jornal ou revista.”(p.7)

Assim o livro adquire especial importância por ser o único recurso com o qual a criança tem acesso.